

Inflação ainda é a prioridade

■ Malan diz que só com preços sob controle haverá condições para o país crescer, o que acontecerá com a queda dos juros

FÁBIO ALVES

SÃO PAULO — O controle da inflação continuará a ser a prioridade número um do governo; o crescimento fica para depois, já que as taxas de juros vão cair lentamente. Foi esta a mensagem do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, aos executivos de bancos e empresas que lotaram ontem dois seminários em São Paulo de avaliação dos dois anos do Plano Real. "A batalha contra a inflação ainda não está ganha. É um equívoco o argumento de que o país poderia conviver com uma inflação de 20% a 30% ao ano se isso permitir um aumento de 1 a 2 pontos percentuais na taxa de crescimento", disse Pedro Malan à tarde, num seminário patrocinado pelo Banco Schahin Cury.

O ministro afirmou que o controle da inflação é uma condição indispensável para que o país volte a crescer. "Seria muito fácil dar uma rápida e súbita aceleração na economia, qualquer incompetente sabe fazer, mas isso não serve ao país porque não queremos voltar à época do *stop and go* da década de 80, quando a economia crescia 10%, 15% num ano, e o resultado era uma drástica queda no ano seguinte", argumentou. Essa política de *stop and go* teria tido como resultado um aumento da inflação de 100% ao ano para mais de 5.000% ao ano, e nada mais.

PIB — Malan afirmou que o Produto Interno Bruto (PIB) em 1996 deverá crescer 4%. Para 1997, sua estimativa é de 5%. No período de 1993 a 1998, o governo prevê uma taxa média anual de 4,5% de crescimento do PIB.

As taxas de juros, afirmou Malan, estão caindo. Saíram do patamar de 4,2%, em março de 1995, para 1,9%, hoje, no caso dos juros primários (a taxa em que são negociados os títulos públicos federais). "Mas, para muitos setores da sociedade, virou uma questão crucial saber quão gradual deveria ser esse gradualismo na redução dos juros".

Malan também reclamou dos economistas "catastróficos", que prevêem a reedição no Brasil da crise cambial mexicana. "A resposta para essas pessoas é o forte ingresso de investimento direto no país por parte das empresas", disse o ministro. Segundo ele, de janeiro a maio deste ano, o país registrou US\$ 3,3 bilhões de investimentos diretos, 10% a mais do volume registrado durante todo o ano passado. Esses recursos cresceram 50% se comparados com o volume de investimentos diretos feitos pelas empresas em 1994, que somaram US\$ 1,9 bilhão. "São recursos de médio e longo prazos, menos voláteis, que servirão para financiar o déficit de conta corrente de 2,5% do PIB neste ano, bem diferente do México, que tinha um déficit de 8% do PIB", argumentou Malan, lembrando que as reservas do país somam US\$ 58 bilhões.

Recado sombrio — Já o presidente do BC, Gustavo Loyola, deu um recado mais sombrio para a platéia de executivos financeiros num café da manhã organizado pelo Banco Pontual: quanto mais demorar a aprovação das reformas constitucionais no Congresso, maior será o custo da política monetária. "O BC terá que continuar uma política monetária contracionista, mantendo os juros altos, na medida em que há uma carência de políticas fiscais", disse. Segundo ele, o BC não hesitará em continuar usando as políticas monetária e cambial como elemento de estabilização.

"Existe uma relação entre a política monetária e a velocidade do ajuste fiscal. E um ajuste fiscal definitivo depende da aprovação das reformas constitucionais, como a previdenciária e a administrativa", afirmou. Ele ressaltou que as reformas estruturais no Congresso são importantes não só para evitar o ônus que a política monetária traz no curto prazo para a sociedade brasileira, mas para assegurar o crescimento auto-sustentável da economia.

São Paulo — Hélio Romero



Gustavo Loyola deu um recado sombrio em São Paulo: sem o ajuste fiscal, os juros continuarão elevados